



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8936 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT05 - Estado e Política Educacional

ELABORAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: OS SEMINÁRIOS ESTADUAIS EM QUESTÃO

Luciana Sardenha Galzerano - FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FEUSP

Agência e/ou Instituição Financiadora: Capes

ELABORAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: OS SEMINÁRIOS ESTADUAIS EM QUESTÃO

Resumo:

Este trabalho objetiva analisar o papel dos Seminários Estaduais realizados entre julho e agosto de 2016 para a elaboração da terceira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Para isso, realizamos análise documental dos relatórios de sistematização dos Seminários, das manifestações dos participantes, dos posicionamentos conjuntos Consed/Undime e de estudo comparativo entre a segunda e a terceira versão da BNCC. Como resultado, observamos que houve problemas tanto na metodologia adotada para as discussões quanto na sistematização e incorporação das contribuições para a redação do documento final. **Palavras-chave:** Educação, Currículo, Base Nacional Comum Curricular, BNCC.

No capitalismo contemporâneo há uma redução das funções públicas do aparelho estatal ao mesmo tempo em que se aumenta a margem de controle de seus espaços pela lógica do capital. Aliado a isso, o Estado tem apresentado sua dimensão repressiva e coercitiva por meio da criminalização crescente da questão social. Não à toa, temos assistido a ascensão de grupos que aliam liberalismo econômico e autoritarismo social (CASIMIRO, 2018). Essa situação é mais intensa no Brasil, pois a particularidade de nosso desenvolvimento capitalista dificulta as conquistas sociais por parte da maioria da população (FERNANDES, 2005). Recentemente, os processos que levaram à deposição de Dilma Rousseff (PT), em 2016, e a posterior eleição de Jair Bolsonaro/Hamilton Mourão, em 2018, evidenciaram o crescimento de grupos autoritários que defendem políticas neoliberais. As disputas em âmbito educacional tornaram-se mais complexas, favorecendo interesses de grupos privatistas e enfraquecendo entidades e associações que protagonizaram os debates em outros períodos. É nesse contexto que foi elaborada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Neste trabalho apresentamos resultados parciais de pesquisa de doutorado que trata das disputas envolvidas no processo de elaboração da BNCC para a Educação Infantil (EI) e o Ensino Fundamental (EF). Nosso objetivo é analisar a construção da terceira versão do documento a partir dos resultados dos Seminários Estaduais realizados entre julho e agosto de

2016. Para tanto, analisamos relatórios dos Seminários Estaduais, manifestações dos participantes, posicionamentos do Consed e da Undime e estudo comparativo entre a segunda e a terceira versão da BNCC.

Mudanças na condução da BNCC e os Seminários Estaduais

O processo de construção da BNCC foi complexo e diversos grupos buscaram legitimar seus projetos desde a divulgação da versão preliminar do documento em setembro de 2015[1]. Com a assunção de Michel Temer (MDB), alterações importantes aconteceram na elaboração da BNCC, dentre elas, destacamos: 1) instituição do Comitê Gestor da BNCC e reforma do Ensino Médio, que substituiu a Comissão de Especialistas e Assessores, nomeada em julho de 2015, e transferiu a coordenação do processo da Secretaria de Educação Básica (SEB) para a Secretaria- Executiva do MEC; 2) fragmentação do documento, postergando a entrega da parte que tratava do Ensino Médio para após a aprovação da lei que o reformaria[2]; 3) adiamento da entrega da terceira versão da BNCC ao Conselho Nacional de Educação (CNE) – inicialmente previsto para 24 de junho de 2016 – com a justificativa oficial de que era necessário ampliar os debates com estados e municípios (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016).

O processo de discussão da BNCC seguiu para os Seminários Estaduais, promovidos por Consed e Undime, com apoio do governo federal, do MEC, da UNB e do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita da UFMG, e em parceria com o Movimento pela Base e o CNE. Entre 23 de julho e 10 de agosto de 2016, 9.275 pessoas se reuniram em cada uma das 27 unidades federativas brasileiras. A metodologia adotada foi comum: os participantes foram divididos em grupos para discutir a estrutura e os textos introdutórios da BNCC ou a etapa de ensino e o componente curricular em que estavam inscritos. Os resultados das discussões foram preenchidos em um formulário que gerou automaticamente relatórios sistematizados e alguns estados elaboraram cartas e pareceres destacando questões que consideraram pertinentes (CONSED; UNDIME, [2016]).

Apresentamos cinco problemáticas apontadas por manifestações de participantes: metodologia adotada nos Seminários, rumos da elaboração da terceira versão do documento, subdivisão da EI, ensino religioso e implementação da BNCC.

Com relação ao primeiro problema, participantes de ao menos três estados (PB, RJ e SC) afirmaram que o tempo para debate foi insuficiente. Também foram contestados os formulários utilizados; professores e estudantes que discutiram o componente curricular História no RJ decidiram não preencher o formulário e elaborar um documento próprio. Na mesma direção, professores da PB afirmaram que o trabalho proposto se resumia ao preenchimento de formulário de aspectos burocráticos (CARTA..., [2016]; GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2016; SEMINÁRIO..., 2016).

Referente à segunda problemática, alguns estados demonstraram preocupação com os rumos do processo de elaboração da BNCC e da possibilidade de interferência por parte de grupos privados e conservadores. MS defendeu a condução do processo pelo CNE, tal como previsto no Plano Nacional de Educação[3] (COMISSÃO ESTADUAL PARA DISCUSSÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR DE MATO GROSSO DO SUL, 2016); SC aprovou uma moção de repúdio ao Movimento Escola Sem Partido (GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2016); GO solicitou a incorporação das contribuições realizadas nas primeira e segunda versões da BNCC e manutenção da coordenação do processo na SEB (CARTA..., 2016).

O terceiro problema apontado foi a subdivisão da EI em faixas etárias (bebês – 0 a 18 meses, crianças bem pequenas – 19 meses a 3 anos e 11 meses, crianças pequenas – 4 anos a 5 anos e 11 meses). Ao menos cinco estados (GO, MT, MS, MA e RJ) criticaram a mudança; de modo geral afirmaram que havia uma fragmentação da infância que desconsiderava a criança em sua integralidade, além de contrariar a LDB, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e as pesquisas e estudos educacionais da área. Também foram manifestadas preocupações com a antecipação da alfabetização/letramento (DF, ES, GO e MG), com a ausência da relação escola/família/comunidade no documento (MG, RJ e SC) e com a possibilidade de sujeitar a EI aos processos de avaliação em larga escola (DF, MS e SC) (ANEXO I, 2016).

Sobre a problemática da inclusão do ensino religioso no EF, ao menos seis unidades federativas manifestaram-se criticamente: AM, DF, MA, PR, SP e SE. As principais preocupações eram o proselitismo, o desrespeito à diversidade de tradições religiosas e a laicidade do ensino. DF defendeu sua supressão, PR e SE sugeriram sua incorporação como componente curricular da área de Ciências Humanas, já que não constituía uma área de conhecimento (ANEXO I, 2016).

Com relação ao último problema, de modo geral, os participantes de quase todos os estados estavam apreensivos quanto à implementação da política e indicaram a necessidade de adequação da formação inicial e continuada dos professores e melhorias da infraestrutura das escolas (laboratórios, climatização das salas, quantidade de alunos por turma, tamanho das salas de aula, materiais didático-pedagógicos diversos, dentre outros) (ANEXO I, 2016).

Com subsídio de uma análise produzida pela UNB acerca dos textos introdutórios, das etapas e dos objetivos de aprendizagem da BNCC, Consed e Undime sistematizaram os resultados dos Seminários Estaduais e elaboraram um posicionamento conjunto com recomendações ao MEC. Os problemas apontados pelos participantes sobre a metodologia adotada, os rumos da elaboração da BNCC e o ensino religioso sequer foram mencionados. A subdivisão da EI foi avaliada como positiva, com a justificativa de que a maioria dos estados (17) não a mencionaram, o que representaria uma “aprovação tácita” a mudança (CONSED; UNDIME, [2016], p.18), as preocupações manifestadas deveriam ser “respondidas com um sistema fluido e dinâmico entre os grupos etários” (idem, ibidem). Com relação à implementação da BNCC, as instituições sugeriram que a terceira versão do documento fosse acompanhada de um calendário de implementação com orientações quanto à socialização da BNCC nas redes de ensino, à revisão dos currículos dos cursos de pedagogia e licenciaturas, ao fortalecimento de programas de formação continuada, à revisão e adequação de materiais didáticos, especialmente o PNLD, à revisão e adaptação das avaliações externas, e à revisão e atualização da BNCC; as preocupações com a infraestrutura das escolas não foram referidas. Também é importante ressaltar que Consed e Undime avaliaram que o currículo do Ensino Médio deveria ser flexibilizado e organizado por competências, mesmo não tendo sido uma reivindicação dos seminários (CONSED; UNDIME, [2016]).

A elaboração da terceira versão da BNCC: algumas considerações

A justificativa oficial para a realização dos Seminários Estaduais foi a necessidade de ampliar o debate com estados e municípios. Apesar dos problemas relatados com relação à metodologia adotada, mostramos que muitos participantes se posicionaram criticamente na busca pela democratização do processo de elaboração da BNCC. As manifestações expressaram as contradições existentes e são fundamentais para compreender as disputas.

Ao compararmos as duas versões da BNCC (segunda e terceira), observamos algumas

alterações significativas que não respeitaram ou ignoraram aquilo que foi proposto por alguns dos participantes dos Seminários. Em nossa análise, a mais importante delas refere-se à substituição dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento por competências e habilidades; é fato que muitos estados fizeram críticas aos objetivos, mas não houve qualquer menção à adoção da noção de competências (ANEXO I, 2016). Não se trata de mera mudança de nomenclatura, mas da adesão a um projeto que compreende a escola restrita a uma visão utilitarista, preparatória para o mundo do trabalho (RAMOS, 2001).

Foi mantida a subdivisão da EI por grupos etários e mudanças foram realizadas para antecipar o processo de escolarização nessa etapa. Com relação às preocupações envolvendo a implementação da política, não foi expressa nenhuma garantia de melhorias nas escolas. O ensino religioso fora excluído por haver o entendimento, tal qual a LDB, de que ele pode ser oferecido em caráter optativo, devendo ser regulamentado pelos sistemas de ensino e, portanto, não compete à União o estabelecimento de uma base comum para a área (MEC, [2017]). Ressalte-se, entretanto, que as disputas envolvendo o ensino religioso voltaram durante a realização das audiências públicas, resultando em sua reinserção como Área de Conhecimento do EF na versão final da BNCC.

A preocupação expressa quanto aos rumos da BNCC e as interferências de interesses privados não foi desmedida, pois a redação da terceira versão do documento parece evidenciar o privilegiamento de interesses de grupos privados mobilizados pelo Movimento pela Base, em detrimento das entidades e associações científicas, universidades brasileiras e professores, gestores e alunos que se reuniram nos Seminários Estaduais. Essa situação tornou-se mais complexa no processo de redação da versão final, haja vista a influência de setores conservadores que resultaram na reinserção do ensino religioso e na retirada das discussões de gênero e sexualidade.

Referências

- ANEXO I – Síntese da contribuição dos Estados. 2016. Disponível em: <basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/Relatorios-Sintese%20dos%20Estados.pdf>. Acesso em 27 abr. 2021.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Comissão de Educação*: seminário – 31/05/2016. 2016. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/43703>>. Acesso em: 01 mar. 2021.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Projeto de Lei n. 4486 de 2016*. [2016-2019]. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2077662>>. Acesso em: 29 jan. 2021.
- CARTA aprovada pela Plenária do 4º turno do Seminário Estadual da BNCC. Goiânia, 03 ago. 2016. Disponível em: <[basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios/GOIAS%20\(GO\)/Carta%20aprovada%20p%20SEMINARIO%20GO_BNCC%20-%20Ministro.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios/GOIAS%20(GO)/Carta%20aprovada%20p%20SEMINARIO%20GO_BNCC%20-%20Ministro.pdf)>. Acesso em: 28 abr. 2021.
- CARTA do Seminário Estadual da Paraíba da BNCC. [2016]. Disponível em: <[basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios/PARAIBA%20\(PB\)/Contribuicoes%20adic](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios/PARAIBA%20(PB)/Contribuicoes%20adic)>. Acesso em: 27 abr. 2021.
- CASIMIRO, F. *A Nova Direita: Aparelhos de Ação Política e Ideológica no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- COMISSÃO ESTADUAL PARA DISCUSSÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR DE MATO GROSSO DO SUL. Carta do Seminário Base Nacional Comum Curricular Estadual – Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS, 14 jul. 2016. Disponível em:

<basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios/MATO%20GROSSO%20DO%20SUL%20(Acesso em: 27 abr. 2021).

CONSED. UNDIME. *Seminários estaduais da BNCC: posicionamento conjunto de Consed e Undime sobre a segunda versão da Base Nacional Comum Curricular*. [2016]. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/Posicionamento%20Consed%20e%20Undime.pdf>>. Acesso em 06 abr. 2020.

FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5ª edição. São Paulo: Globo, 2005.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. *Relatório do Seminário Estadual da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de Santa Catarina*. Florianópolis, jul. 2016. Disponível em: <[basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios/SANTA%20CATARINA%20\(SC\)/RELAT](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios/SANTA%20CATARINA%20(SC)/RELAT)>. Acesso em: 28 abr. 2021

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Estudo comparativo entre a Versão 2 e a Versão Final*. [2017]. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/pareceres>>. Acesso em: 07 dez. 2020.

PERONI, V.; CAETANO, M.; ARELARO, L. BNCC: disputa pela qualidade ou submissão da educação? *RBP*, v. 35, n. 1, p. 35-56, jan./abr. 2019.

RAMOS, M. *A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?* São Paulo: Cortez, 2001.

SEMINÁRIO estadual base nacional curricular comum – BNCC. Rio de Janeiro, 27 jul. 2016. Disponível em: <[basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios/RIO%20DE%20JANEIRO%20\(RJ\)/RelatoFinal.docx](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios/RIO%20DE%20JANEIRO%20(RJ)/RelatoFinal.docx)>. Acesso em: 27 abr. 2021.

[1] Sobre isso, ver Peroni, Caetano e Arelaro (2019).

[2] O Novo Ensino Médio foi proposto e aprovado apressadamente pela Lei n. 13.415/2017.

[3] Atendendo aos interesses de grupos conservadores, sobretudo do Movimento Escola Sem Partido, em fevereiro de 2016, o deputado Rogério Marinho (PSDB/RN) apresentou o PL n. 4486/2016 que propunha a alteração do PNE com objetivo de transferir a tramitação da BNCC do CNE para o Congresso Nacional. O projeto foi arquivado em 31 de janeiro de 2019 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, [2016-2019]).